

... continuação

Attuale Participações S.A.

tuções financeiras, são aceitos somente títulos de Companhias consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Fornecedores	8.834.902	2.121.091	–	10.955.993
Empréstimos	28.973.624	18.824.212	4.552.995	52.350.831
37.808.526	20.945.303	4.552.995	63.306.824	

Em 31 de dezembro de 2022

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Fornecedores	7.609.671	487.495	–	8.097.166
Empréstimos	12.233.609	7.528.524	2.904.327	22.666.460
19.843.280	8.016.019	2.904.327	30.763.626	

3.3. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **3.4. Novas normas e revisões emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Não estão previstas alterações na NBC TG 1000 (R1) com impactos retrospectivos e prospectivos em relação a essas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, e a partir de 1º de janeiro de 2024, até a presente data.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022	2023	2022
Caixa	2.476	–	5.337	3.528
Conta corrente	462	77	3.329.683	2.942.911
Aplicações financeiras	24.034	702	15.309.608	427.503
26.972	779	18.644.628	3.373.942	

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e comprados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias, com taxa indexadora que se aproxima de 100% do CDI.

5. Contas a receber

	2023	2022	2023	2022
Cientes nacionais	330.424	–	24.968.874	21.663.835
Cientes estrangeiros	–	–	1.826.100	7.172.083
(-) PECLD	–	–	(735.965)	–
(-) Cut-off	–	–	(444.261)	–
330.424	–	25.614.748	28.835.918	

Abertura por vencimento dos valores vencidos em aberto junto a clientes nacionais e estrangeiros:

	2023	2022	2023	2022
Até 30 dias	–	–	1.341.312	1.457.191
De 31 a 60 dias	–	–	386.114	419.471
De 61 a 90 dias	–	–	101.672	110.456
De 91 a 180 dias	–	–	206.338	224.164
De 181 a 360 dias	–	–	140.842	152.618
Mais que 360 dias	–	–	531.424	577.335
330.424	–	2.707.342	2.941.235	

Existem valores reconhecidos como Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Administração da Companhia mantém política de cobrança e histórico de perdas avaliadas mínimos. Esse acompanhamento é realizado tempestivamente evitando-se perdas.

	2022	Constituição	Reversão	Transferências	2023
(-) PECLD	–	735.965	–	–	735.965

6. Estoques

	2023	2022	2023	2022
Produtos acabados	–	–	9.940.305	11.908.659
Produtos para revenda	–	–	634.828	387.616
Materia-prima	–	–	11.285.634	9.426.175
Embalagem	–	–	107.940	381.616
Estoque em poder de terceiros	–	–	643.566	142.106
(-) Cut-off	–	–	168.941	–
22.146.386	–	22.499.384	22.499.384	

7. Impostos a recuperar

	2023	2022	2023	2022
IPI a recuperar	–	–	152	152
PIS a recuperar	–	–	6.534	4.692
COFINS a recuperar	–	–	33.341	24.480
ICMS a recuperar	–	–	15.057	4.574
IRRF a recuperar	–	–	56.720	–
ICMS a recuperar – CIAP	–	–	2.152.056	1.324.410
IRPJ a restituir – Lei do bem	–	–	2.407.876	2.394.208
CSLL a restituir – Lei do bem	–	–	876.835	871.858
Outros	–	–	1.029	2.173
5.550.744	–	4.625.403	4.625.403	

Circulante

	2023	2022	2023	2022
Não circulante	–	–	4.235.639	3.842.720
1.315.105	–	782.683	782.683	

8. Adiantamentos a fornecedores

	2023	2022	2023	2022
Adiantamentos de Salários	–	–	198	1.517
Adiantamento de Comissão	–	–	560	–
Adiantamentos de Importação	–	–	4.101.509	803.677
Adiantamento à Autônomos	–	–	6.540	7.401
Adiantamento de Férias	–	–	85.623	55.515
Adiantamento de Fornecedores	–	–	659.642	1.804.319
4.854.072	–	2.672.429	2.672.429	

9. Investimentos

	2023	2022	2023	2022
Lar Plásticos Indústria e Comércio de Produtos Ltda	183.805.011	51.560.603	–	–
Urbanlar Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda.	–	7.596.333	–	–
Boomera Lar Indústria e Comércio de Plásticos Ltda	1.625.966	1.234.783	1.625.966	1.234.783
Investimentos Lar Plásticos LLC	185.430.977	60.391.719	1.625.966	1.234.783
Lar Plásticos LLC	419.775	447.573	–	–
419.775	447.573	–	–	

Provisão para perdas com investimentos

	2023	2022	2023	2022
Lar Plásticos Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda.	–	–	–	–
Boomera Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	–	–	–	–
Urbanlar Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda.	–	–	–	–
Lar Plásticos LLC	–	–	–	–
–	–	–	–	

Saldo do PL em 31/12/2022 (Não auditado)

	2023	2022	2023	2022
Participação	51.560.603	2.469.566	12.660.555	(447.573)
Investimento em 31/12/2022 (Não auditado)	11.575.238	782.367	–	(133.996)
Resultado do exercício	113.072.837	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–
Ajuste de conversão de moeda	–	–	–	161.794
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.354.967	–	–	–
Distribuição de dividendos	(11.758.634)	–	–	–
Baixa de investimento	(7.596.333)	–	–	–
132.244.408	782.367	(7.596.333)	27.798	

Investimento em 31/12/2023

	2023	2022	2023	2022
Equivalência patrimonial	183.805.011	1.625.966	–	(419.775)
	11.575.238	391.183	–	(133.966)

10. Imobilizado

Descrição	2023		2022	
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada
Benfeitorias	13.554	(1.457)	12.097	2.120.057
Edificações e Construções	163.564	–	163.564	161.214
Equipamentos de Telecomunicações	879	(373)	506	681
Ferramentas	7.568	(2.722)	4.846	5.602
Hardwares	1.195.276	(357.662)	837.614	536.581
Imóveis	120.749.737	(1.301.835)	119.447.902	–
Instalações	355.949	(145.896)	210.053	258.112
Máquinas e Equipamentos	101.660.220	(11.458.491)	90.201.729	27.243.079

Mapa de movimentação do ativo imobilizado de 2023 – Consolidado:

Descrição	2022		2023	
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada
Benfeitorias	–	–	–	–
Edificações e Construções	–	–	–	–
Equipamentos de Telecomunicações	–	–	–	–
Ferramentas	–	–	–	–
Hardwares	–	–	–	–
Imóveis	–	–	–	–
Instalações	–	–	–	–
Máquinas e Equipamentos	–	–	–	–
Moldes em Elaboração	–	–	–	–
Móveis e Utensílios	–	–	–	–
Obras em Andamento	–	–	–	–
Panela em elaboração	–	–	–	–
Pallets	–	–	–	–
Veículos	–	–	–	–
Veículos Industriais	–	–	–	–
267.446.663	(15.583.947)	251.862.716	35.141.846	

11. Intangível

Intangível	2022		2023	
	Custo	Amortização Acumulada	Custo	Amortização Acumulada
Direitos de uso – software	1.542.374	(249.693)	1.292.681	936.833
1.542.374	(249.693)	1.292.681	936.833	

Mapa de movimentação do ativo intangível de 2023 – Consolidado:

Intangível	2022		2023	
	Custo	Amortização Acumulada	Custo	Amortização Acumulada
Direitos de uso – software	–	–	–	–
Software	–	–	–	–
1.542.374	(249.693)	1.292.681	936.833	

12. Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro-rata temporis”). Os empréstimos e financiamento são demonstrados a valor presente na data do encerramento dos balanços.

Modalidade	2022		2023	
	Contrato	Tx. Juros	Garantias	2023
Capital de giro (i)	58583825-3	15,39% a.a.	N/A	–
Capital de giro (ii)	1744644	14,44% a.a.	N/A	2.532.130
Capital de giro (iii)	FGI	15,53% a.a.	N/A	1.646.071
25.31.04.777				4.178.201
Capital de giro (i)	000002-66	3,66% a.a.	Bem Alienado	77.072
Capital de giro (ii)	6081080	9,12% a.a.	Fiança	410.256
Capital de giro (iii)	916728	8,09% a.a.	N/A	530.059
Capital de giro (iv)	9090	10,56% a.a.	N/A	128.233
Capital de giro (v)	10100	9,77% a.a.	N/A	1.083.606
Capital de giro (vi)	3720	9,77% a.a.	Bem Alienado	60.000
Capital de giro (vii)	8032728	19,42% a.a.	Fiança 50%	–
3520	17,32% a.a.	dos Títulos	284.917	1.053.179
Capital de giro (i)	1048063	3,48% a.a.	N/A	3.750.000
Capital de giro (ii)	1035219	8,11% a.a.	N/A	–
Capital de giro (iii)	4090	8,47% a.a.	N/A	522.669
Capital de giro (iv)	890	8,47% a.a.	N/A	155.934
Capital de giro (v)	2360126839	18,86% a.a.	N/A	1.000.000
Capital de giro (vi)	237,0476/2806	15,39% a.a.	Garantia Aval	5.000.000
Consortório (iii)	2109	N/A	N/A	85.641
Capital de giro (i)	87088386	2,16% a.a.	20% da Dívida CDI +	24.967.362
Capital de giro (ii)	34421212	1,99% a.a.	20% das CDI +	10.000.000
Capital de giro (iii)	–	–	20% das Depreciatas	–
51.949.783	22.666.460	22.666.460	22.666.460	

12 a) Instrumentos derivativos

Modalidade	2022		2023	
	Contrato	Saldo ativo	Saldo passivo	MtM
SWAP	87088386	25.886.900	26.138.311	251.411
SWAP	34421212	10.000.000	10.149.637	149.637
35.886.900	36.287.948	401.048	401.048	

Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos em 2023 – Consolidado:

2022	2023		2023
	Captção	Amortização	
(Não auditado)	–	–	–
Capital de Giro (i)	12.171.653	63.467.361	(39.258.105)
Consortório	61.956	202.662	(237.717)
12.233.609	63.670.023	(39.495.822)	5.109.122
Capital de Giro (ii)	10.374.111	–	–
Consortório	58.740	–	–
10.432.851	–	–	12.975.654
22.666.460	63.670.023	(39.495.822)	18.233.609

O período de amortização para os saldos aberto a longo prazo são:

2022	2023	2023
2025	–	–
2026	–	–
2027	–	–

13. Fornecedores

Fornecedores	2022		2023	
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada
Fornecedores nacionais	2.286	2.708	6.479.733	5.740.958
Fornecedores estrangeiros (a)	–	–	4.476.260	2.356.208
2.286	2.708	10.955.993	8.097.166	
Circulante	–	–	8.834.902	7.609.671
Não circulante	–	–	2.121.091	487.495
2.286	2.708	10.955.993	8.097.166	

(a) Abertura dos saldos em moeda estrangeira – consolidado:

	Euro (EUR)	Dólar (USD)	Total
2024	22		

... continuação

no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. A companhia e sua controlada direta, na adoção inicial do CPC PME (R1), optou por mensurar o ativo imobilizado pelo seu valor justo e utilizar esse valor justo como custo atribuído nessa data (nota explicativa 9), sua realização se dá por: 1) depreciação registrada anualmente no resultado do exercício que na apuração das mutações do patrimônio líquido esse montante é realizado via essa reserva; e 2) por teste anual de impairment.

20. Custos e despesas por função

	2023	2022	2023	2022
		(Não auditado)		(Não auditado)
Aluguéis	(7.306)	—	(848.903)	(527.592)
Amortização	—	—	(91.440)	—
Baixa de imobilizado	—	—	(312.842)	—
Comissões	—	—	(1.041.336)	(809.243)
Conduções e transportes	—	—	(294.251)	(157.441)
Conservação	—	—	(273.090)	(603.271)
Contingência	—	—	(133.000)	—
Copa e cozinha	—	—	(281.357)	(192.135)
Custo com pessoal	—	—	(22.192.023)	(16.857.459)
Custo dos produtos/mercadorias vendidas	—	—	(39.026.401)	(26.309.973)
Custos indiretos	—	—	(15.095.650)	(13.142.709)
Deduções e abatimentos	—	—	898.081	78.175
Depreciação	—	—	(5.949.727)	(4.381.578)
Informática	—	—	(516.646)	(153.699)
Limpeza e conservação	—	—	(436.258)	(205.718)
Locação e manutenção	—	—	(1.274.991)	(1.792.160)
Material de expediente	—	—	(262.144)	(352.789)
Outros	(135.071)	—	(1.855.649)	(4.092.974)
PECLD	—	—	(735.965)	—
Perdas de títulos	—	—	(400.627)	(321.371)
Pessoal	—	—	(14.038.315)	(8.350.788)
Prêmio de seguros	(3.032)	—	(228.821)	(180.456)
Propaganda e publicidade	—	—	(365.971)	(367.390)
Provisões trabalhistas	—	—	(2.177.145)	—
Segurança e monitoramento	—	—	(359.170)	(251.782)
Serviços PJ	(6.710.013)	(92.710)	(9.977.687)	(2.564.428)
(6.855.422)	(92.710)	(117.271.328)	(81.536.781)	

21. Resultado financeiro líquido

21 a) Receitas financeiras

	2023	2022	2023	2022
		(Não auditado)		(Não auditado)
Juros ativos	3.569	—	155.487	94.204
Descontos obtidos	8	—	49.562	17.641
Varição cambial ativa	—	—	776.507	414.101
Rendimento de aplicação financeira	447.822	202	989.374	26.025
451.399	202	1.970.930	551.971	

21 b) Despesas financeiras

	2023	2022	2023	2022
		(Não auditado)		(Não auditado)
Juros passivos	(25.775)	(599)	(145.761)	(77.208)
Descontos concedidos	(42.609)	—	(222.310)	(42.397)
Varição cambial passiva	—	—	(902.451)	(699.260)
Juros s/ empréstimos e derivativos	—	—	(5.109.122)	(2.653.416)
Atualizações monetárias	—	—	(108.749)	—
Bancárias	(15.189)	(3.191)	(248.561)	(171.822)
(83.573)	(3.790)	(6.736.954)	(3.644.103)	

22. Impostos de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social corrente:

	2023	2022	2023	2022
		(Não auditado)		(Não auditado)
Lucro líquido do exercício	6.393.569	—	31.884.788	—
Alíquota nominal – 34%	2.173.813	—	10.840.828	—
Adições (Exclusões)	5.665.675	—	1.162.207	—
(11.844.534)	—	(498.558)	—	—
Apuração – Lucro presumido	451.399	—	202	—
Base de apuração	666.109	32.548.639		
IRPJ Apurado	2.056.770	—	8.312.422	—
CSLL Apurado	760.754	—	3.001.118	—
IRPJ e CSLL corrente	2.817.524	11.313.540		
Alíquota efetiva	44%	35%		

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – consolidado:

	2023	2022	2023	2022
		(Não auditado)		(Não auditado)
PECLD	5	—	(735.965)	—
Cut-off Clientes	6	—	(444.261)	—
Cut-off Estoques	6	—	168.941	—
Provisões trabalhistas	13	—	(2.177.145)	—
Contingências	17	—	(133.000)	—
Prejuízo fiscal	—	—	(1.547.155)	—
(4.868.585)	—	(4.868.585)	—	

Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Não auditado)

Constituição de PECLD	250.228
Constituição de Cut-off Clientes	151.049
Constituição de Cut-off Estoques	(57.440)
Constituição de provisões trabalhistas	740.229
Constituição de contingências	45.220
Prejuízo fiscal	526.033
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.655.319

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante. O estoque de prejuízo fiscal será compensado no exercício de 2024 em sua totalidade. 23. Seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía apólices de seguros nas quais estão cobertos, Responsabilidade Civil, entre outros, danos patrimoniais, incêndios, alagamentos e equipamentos em geral, conforme cobertura demonstrada no quadro abaixo:

Tipo de Cobertura	Companhia seguradora	Valor Segurado	Vencimento
Responsabilidade Civil	Fator Seguradora	2.000.000	06/12/2024
Riscos Nomeados	Diversos	170.300.000	31/12/2024

24. Remuneração dos Administradores – Os valores pagos a título de pró-labore aos administradores da Companhia foram no montante de R\$580.487 em 2023 (R\$58.176 em 2022 (não auditado)).

Edison Yoti Masunaga – Contador – CPF: 120.730.638-02 – CRC: 1SP 197.268/0-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Attuale Participações S.A. – Atibaia-SP**

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Attuale Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Attuale Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Saldos iniciais das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós ou por outros auditores independentes e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2022, conforme determina a NBC TA 510 (R1) – Trabalhos iniciais – saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Inventário físico dos estoques e custo do produto vendido – controlada Lar Plásticos. Pelo fato de termos sido contratados pela Companhia após 31 de dezembro de 2022, não acompanhamos a realização dos inventários físicos dos estoques da controlada direta Lar Plásticos Indústria e Comércio de Produtos Ltda. na referida data, tampouco foi possível satisfazer-nos sobre a existência dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Conseqüentemente, não pudemos formar uma opinião sobre os saldos do custo do produto vendido em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 79.923 mil, conforme Nota Explicativa nº19. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 05 de junho de 2024.

BDO **RCS Auditores Associados Ltda.**
CRC 2SP 015.165/0-8
Rafael Schmidt da Silva
Contador – CRC 1SP 258.652/0-3

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/06/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Pardal Marron Participações S.A.

CNPJ nº 17.986.777/0001-70

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Ativo	NE	2023	2022	NE	2023	2022	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Circulante		96.014	78.796				Prejuízo do exercício	(1.546)	(262)
Caixas e equivalentes de caixa	5	22	-	Receita operacional líquida	12	731	4.511		
Contas a receber de clientes	6	1.456	888	Custo dos imóveis vendidos	13	(810)	(3.833)		
Estoque de imóveis	7	94.490	77.903	Lucro bruto (Prejuízo)		(79)	678		
Adiantamentos diversos		46	5	Receitas/(despesas) operacionais:					
Não circulante		1.866	1.677	Despesas administrativas e gerais	14	(970)	(407)		
Contas a receber	6	1.854	1.677	Despesas comerciais	15	(544)	(443)		
Imobilizado		12	-	Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	(1)		
Total do ativo		97.880	80.473	Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(1.593)	(173)		
Passivo				Despesas financeiras	16	(19)	(42)		
Circulante		2.329	43.658	Receitas financeiras	16	106	3		
Empréstimos e financiamentos	8	188	22.551	Prejuízo antes do IRPJ CSLL		(1.506)	(212)		
Fornecedores		1.387	190	IRPJ e CSLL					
Obrigações tributárias		53	25	Corrente		(40)	(1)		
Contas a pagar		579	564	Diferido		-	(49)		
Partes relacionadas	9	-	20.292	Prejuízo do exercício		(1.546)	(262)		
Impostos diferidos		122	36	Prejuízo básico e diluído por ação		(0,21)	(0,03)		
Não circulante		49.649	32.897	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES					
Empréstimos e financiamentos	8	49.610	32.800						
Impostos correntes com recolhimento diferido		-	67	Prejuízo do exercício		(1.546)	(262)		
Provisão para garantia		39	30	Outros resultados abrangentes		-	-		
Patrimônio líquido		45.902	3.918	Resultado abrangente do exercício		(1.546)	(262)		
Capital Social	11	42.500	7.500	DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
AFAC	11,1	8.529	-						
Prejuízos acumulados		(5.127)	(3.582)						
Total do passivo e patrimônio líquido		97.880	80.473						

contratação e com risco insignificante de mudança de valor; • **Contas a receber:** correspondem aos valores a receber da venda das unidades imobiliárias, reconhecidos inicialmente conforme descrito no Item 3.1 (i) acima, atualizados pelas condições contratuais estabelecidas, líquidos do ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Contas a receber e a pagar com empresas ligadas:** correspondem a valores a receber e a pagar em empreendimento de incorporação imobiliária. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. A baixa de um ativo financeiro acontece apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. **Passivos financeiros:** São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o Método de Juros Efetivos e incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, obrigações com empresas ligadas e contas a pagar por aquisição de terrenos que se encontram mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou com base na taxa efetiva de cada transação. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros:** A Companhia analisa a necessidade de constituir perdas esperadas de créditos para os contratos de venda de unidades imobiliárias, sendo os valores registrados mensalmente, se necessário. A análise é realizada individualmente por contrato de venda. Esta abordagem está em linha com o expediente prático previsto pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros, item 5.5.17 (c). A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos um "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. **3.1.1. Tributação: Tributos e contribuições correntes:** Conforme facultado pela legislação tributária, optou-se pelo regime de lucro presumido. Para esta Companhia, a base de cálculo do IRPJ é calculada à razão de 8% (CSLL sobre o lucro líquido à razão de 12%) sobre as receitas brutas e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. A Companhia optou-se pelo regime especial de tributação (RET), no qual a base de cálculo é o montante das receitas recebidas de promitentes, sobre as quais se aplicam a alíquota de 4% (sendo IRPJ 1,26%, CSLL 0,66%, PIS 0,37%, Cofins 1,71%). **3.1.2. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo Método Indireto e estão apresentadas de acordo com a norma contábil CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas. **b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **c) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 Tributos sobre o Lucro; l. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.** Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. **ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:** Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também prevêm requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **d) Alteração na norma IAS 8/CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e**

que o empreendimento lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas; • Os montantes das receitas de vendas apuradas, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado; • Os custos orçados a incorrer dos empreendimentos imobiliários são sujeitos a revisões periódicas e como resultado destas revisões podem ocorrer alterações em suas estimativas iniciais. Os efeitos de tais revisões afetam o resultado prospectivamente, de acordo com a norma contábil CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros. Nas vendas de unidades concluídas de empreendimentos imobiliários, o resultado é apropriado quando a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os montantes recebidos com relação à venda de unidades imobiliárias quando superiores aos valores reconhecidos de receitas são contabilizados como adiantamentos de clientes, no passivo circulante ou no passivo não circulante. Os juros prefixados e a variação monetária incidentes sobre o saldo de contas a receber a partir da data de entrega das chaves são apropriados ao resultado financeiro, quando incorridos, obedecendo ao regime de competência do período. Os valores a serem devolvidos decorrentes de distratos de empreendimentos ainda não entregues são deduzidos diretamente na receita de incorporação imobiliária os quais são reconhecidos na medida em que ocorrem. Para as unidades entregues, as receitas e custos são revertidos, as unidades voltam para o estoque e são colocadas à venda ao valor de mercado. **(ii) Despesas comerciais:** As despesas com propaganda, marketing, promoção de vendas e outras atividades correlatas são reconhecidas ao resultado, na Rubrica de "Despesas comerciais" quando efetivamente incorridas, respeitando-se o regime de competência contábil do período, de acordo com o respectivo período de veiculação. As comissões sobre vendas das unidades imobiliárias são encargos pertencentes aos adquirentes dos imóveis e não constituem receita ou despesa da entidade de incorporação imobiliária. Entretanto, quando estes encargos são arcados pela entidade de incorporação imobiliária, as despesas incorridas são registradas como pagamentos antecipados, os quais são apropriados ao resultado na Rubrica de "Despesas comerciais" (com vendas), observando-se os mesmos critérios de apropriação do resultado de incorporação e venda de imóveis, descritos na Nota Explicativa nº 3.1 (i). **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e não para investimentos com outros propósitos. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As aplicações financeiras restritivas ou com vencimento superior a 90 dias são classificadas como títulos e valores mobiliários. **3.3. Contas a receber por incorporação de imóveis:** O "Contas a receber de clientes" de unidades lançadas, porém não concluídas, são constituídas aplicando-se o Percentual de Evolução da Obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (atualização monetária), deduzindo-se as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas for superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como adiantamento de clientes, no passivo. O saldo de contas a receber de imóveis não concluídos encontra-se demonstrado pelo seu valor presente líquido, isto é, descontado ao valor presente pela diferença dos juros contratuais cobrados posterior a entrega do imóvel e à taxa de correção das prestações quando da construção do imóvel (INCC). Se o prazo de recebimento do equivalente ao saldo de contas a receber é de um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, a parcela excedente está apresentada no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do Método da Taxa Efetiva de Juros menos a Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). **3.4. Imóveis a comercializar:** Incluem terrenos a comercializar, imóveis em construção. O custo dos imóveis é formado por gastos com aquisição de terrenos (numerário ou permuta física avaliadas ao valor justo), materiais, mão de obra aplicada (própria ou contratada de terceiros), despesas com incorporação e encargos financeiros decorrentes dos empréstimos e financiamentos durante o período de desenvolvimento e construção, vinculados aos empreendimentos imobiliários. Os imóveis são demonstrados ao custo aquisição ou de construção, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. A Companhia capitaliza encargos financeiros aos empreendimentos imobiliários durante a fase de construção, captados que sejam utilizados para financiamento da construção (limitado ao montante da respectiva despesa financeira), os quais são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas, mesmo critério dos demais custos. **3.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido de seus principais ativos, em especial, os imóveis a comercializar, o imobilizado e o investimento, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o

valor contábil líquido ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica dos empreendimentos imobiliários que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente. Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não auditado. **3.6. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de captação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **3.7. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais e administrativas:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa quando aplicável; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias; • **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos. A provisão para demandas judiciais e administrativas, especificamente, está relacionada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pelos Consultores Jurídicos e Administração da Companhia, inclusive quanto à sua classificação no não circulante. **3.8. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. Ajuste a valor presente:** Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) Juros prefixados; (ii) Juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) Reajuste somente por inflação, sem juros, são ajustados a seu valor presente com base na taxa média praticada pela Companhia para concessão de desconto sobre o preço da tabela de vendas ou a sua taxa média de captação. O ajuste a valor presente e a respectiva reversão sobre as contas a receber decorrentes das vendas de imóveis são registrados no próprio grupo de "Receitas de incorporação imobiliária", conforme preceitua a orientação OCP 01 (R1) – Entidades de incorporação imobiliária. **3.10. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros:** A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado a seguir:

Categoria/mensuração	Condições para definição da categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar a vendas dos AF no modelo de negócios da Companhia.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros, sendo a classificação destes ativos entre custo amortizado VJR e VJORA: • **Caixa e equivalentes de caixa:** inclui caixa, contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis em até noventa dias da data de

continua

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Retificação de Erros: As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, e não alterações no balanço de correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. **4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a)** Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **c)** Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **d)** Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e)** Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	2023	2022
Aplicações financeiras (a)	22	-
Caixa e equivalentes de caixa	3.310	2.565

(a) As aplicações financeiras são representadas substancialmente por aplicações automáticas, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. **6. Contas a receber:**

Descrição	2023	2022
Contas a receber (a)	3.310	2.781
Ajuste a valor presente (b)	-	(216)
Total	3.310	2.565

(a) Circulante: Contas a receber 1.456, Ajuste a valor presente (74), Total 1.456. **(b)** Não circulante: Contas a receber 1.854, Ajuste a valor presente (142), Total 1.854.

(a) Trata-se de contas a receber das unidades imobiliárias vendidas e ainda não concluídas, estando limitadas às parcelas da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. **(b)** O cálculo a valor presente aplica-se, normalmente, às contas a receber com vencimento antes da entrega das chaves, decorrente das vendas de unidades de empreendimento imobiliário não concluído. As vendas de unidades de empreendimentos imobiliários não concluídos, as taxas de juros previstas nos contratos são compatíveis com as taxas de mercado aplicáveis às negociações similares. A taxa média utilizada para o cálculo do desconto a valor presente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de 6,24%. As contas a receber de clientes no decorrer da fase de construção dos empreendimentos imobiliários são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC). Após a entrega das chaves (empreendimentos imobiliários concluídos), as parcelas em aberto remanescentes do preço de venda normalmente são atualizadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e acrescidas de juros de mercado.

7. Estoque de Imóveis:

Descrição	2023	2022
Imóveis em construção	72.235	65.869
Juros capitalizados	22.255	12.034
Total	94.490	77.903

Os encargos capitalizados são referentes aos financiamentos para compra de terreno e CEPAC estão contabilizados na Rubrica "juros capitalizados" de acordo com o OCP 01 (R1). Em 2023 saldo de juros capitalizados totalizava o montante de R\$22.255 (R\$ 12.034 em 2022). Em 2023 foram apropriados ao resultado o montante de R\$ 499 (em 2022 R\$588) de custo sobre juros capitalizados. A Administração efetua análises periódicas de custo em relação ao valor líquido de realização das unidades em construção, sendo que não foram identificados indícios da necessidade de constituição de perdas sobre as unidades destinadas a venda.

8. Empréstimos e financiamentos:

Descrição	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	49.798	55.351
Circulante	188	22.551
Não circulante	49.610	32.800

(a) Corres (b) Corresponde a cédulas de créditos bancários captados em moeda corrente em 2022, sendo que a última parcela será liquidada em 2024. As operações apresentam taxa de juros de 1,95% e 5,25% ao ano, acrescidas pela variação do CDI sem índices de atualização indexados, todas foram avaliadas pelos Sócios; **(b)** Corresponde à contratação de mútuo com Orem Group Ltda. (partes relacionadas), com taxa de juros de 8% a.a., acrescidas de IPC-A, o vencimento da primeira parcela está previsto para 01 de fevereiro de 2023 e a última parcela com vencimento para 30 de dezembro de 2025. **(c)** Corresponde à contratação de empréstimo junto ao banco

9. Partes relacionadas:

Descrição	2023	2022
Empréstimos	7.500	-
Amortização do principal e juros	(23.030)	-
Encargos financeiros	9.977	-
Total	4.447	-

10. Receita de venda de imóveis a apropriar - informações e compromissos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não auditado estão demonstradas a seguir:

Descrição	2023	2022
Receita de venda de imóveis	530	4.780
Ajuste a valor presente	216	(216)
Impostos sobre vendas de imóveis	(15)	(53)
Total receita líquida	731	4.511

11. Capital Social: O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 42.500 e está representado

12. Receita de venda de imóveis a apropriar - informações e compromissos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não auditado estão demonstradas a seguir:

Descrição	2023	2022
Receita de vendas contratadas	8.865	8.865
Receitas de vendas apropriadas	5.310	4.780
Distritos - receitas estornadas	-	-
Total	5.310	4.780

(ii) Receita de Vendas a Apropriar (a-b)

Descrição	2023	2022
Receita de vendas contratadas	8.865	8.865
Receitas de vendas apropriadas	5.310	4.780
Distritos - receitas estornadas	-	-
Total	5.310	4.780

(v) Custo orçado a apropriar de unidades vendidas

Descrição	2023	2022
Custo orçado das unidades (sem encargos)	5.889	5.965
Custo incorrido líquido	(3.527)	(3.216)
encargos financeiros apropriados	(1.087)	(588)
Custo Orçado a Apropriar no Resultado (a+b+c)	(4.614)	(3.804)

Custo orçado a apropriar no resultado (sem encargos financeiros)

Descrição	2023	2022
Driver CI/CO (sem encargos financeiros)	60%	46%

Custo orçado a apropriar em estoques (sem encargos financeiros)

Descrição	2023	2022
Custo incorrido líquido	(72.235)	(65.869)
Encargos apropriados	(22.254)	(12.034)
Total	(94.489)	(77.903)

A receita de imóveis vendidos a apropriar está mensurada pelo valor nominal dos contratos, acrescido pelas atualizações contratuais e deduzida de distritos, líquida da parcela de receita apropriada e não contempla ajuste a valor presente e impostos incidentes. Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos), proporcionalmente às unidades vendidas, à medida que são incorridos, e não contemplam provisão para garantia a ser apropriada às unidades vendidas à medida da evolução da obra. **11. Capital Social:** O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 42.500 e está representado

12. Receita de venda de imóveis a apropriar - informações e compromissos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não auditado estão demonstradas a seguir:

Descrição	2023	2022
Receita de vendas contratadas	8.865	8.865
Receitas de vendas apropriadas	5.310	4.780
Distritos - receitas estornadas	-	-
Total	5.310	4.780

(ii) Receita de Vendas a Apropriar (a-b)

Descrição	2023	2022
Receita de vendas contratadas	8.865	8.865
Receitas de vendas apropriadas	5.310	4.780
Distritos - receitas estornadas	-	-
Total	5.310	4.780

(v) Custo orçado a apropriar de unidades vendidas

Descrição	2023	2022
Custo orçado das unidades (sem encargos)	5.889	5.965
Custo incorrido líquido	(3.527)	(3.216)
encargos financeiros apropriados	(1.087)	(588)
Custo Orçado a Apropriar no Resultado (a+b+c)	(4.614)	(3.804)

Custo orçado a apropriar no resultado (sem encargos financeiros)

Descrição	2023	2022
Driver CI/CO (sem encargos financeiros)	60%	46%

Custo orçado a apropriar em estoques (sem encargos financeiros)

Descrição	2023	2022
Custo incorrido líquido	(72.235)	(65.869)
Encargos apropriados	(22.254)	(12.034)
Total	(94.489)	(77.903)

A receita de imóveis vendidos a apropriar está mensurada pelo valor nominal dos contratos, acrescido pelas atualizações contratuais e deduzida de distritos, líquida da parcela de receita apropriada e não contempla ajuste a valor presente e impostos incidentes. Os custos orçados dos imóveis vendidos a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos), proporcionalmente às unidades vendidas, à medida que são incorridos, e não contemplam provisão para garantia a ser apropriada às unidades vendidas à medida da evolução da obra. **11. Capital Social:** O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 42.500 e está representado

13. Custo dos imóveis vendidos:

Descrição	2023	2022
Custo dos imóveis vendidos	(311)	(3.215)
Custo de juros capitalizados	(499)	(588)
Custo com garantia de obra	-	(30)
Total dos custos dos imóveis vendidos	(810)	(3.833)

14. Despesas administrativas e gerais:

Descrição	2023	2022
Serviços prestados	(571)	(293)
Aluguéis e condomínios	(56)	(15)
Taxas e tributos	(294)	(76)
Despesas gerais	(49)	(23)
Total das despesas administrativas	(970)	(407)

15. Despesas comerciais:

Descrição	2023	2022
Comissões	-	(50)
Estande de vendas	-	(16)
Propaganda e publicidade	(544)	(377)
Total das despesas comerciais	(544)	(443)

16. Despesas e receitas financeiras:

Descrição	2023	2022
Despesas financeiras	(10)	(19)
Multas e juros financeiros	(9)	(23)
Despesas bancárias	(19)	(42)
Total das despesas financeiras	(38)	(84)
Receitas financeiras	106	3
Rendimentos com aplicações financeiras	106	3
Total das receitas financeiras	106	3

17. Instrumentos financeiros: 17.1. Gestão de risco de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar a continuação de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Categorias dos principais instrumentos financeiros:

Descrição	2023	2022
Ativos financeiros	3.310	2.565
Empréstimos e recebíveis:	22	-
Caixa e equivalentes de caixa	3.310	2.565
Contas a receber	-	-
Passivos financeiros	-	-
Custo amortizado:	-	-
Empréstimos e financiamentos	49.798	55.351
Fornecedores	1.387	190
Contas a pagar	579	564
Contas a pagar com partes relacionadas	-	20.292

18. Seguros: A Companhia mantém seguros para determinados ativos, sendo a cobertura considerada suficiente pela administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dadas a sua natureza e peculiaridade, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, desta forma, não foram revisadas pelos auditores independentes. **19. Demandas judiciais:** A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, entendeu não serem necessárias quaisquer provisões ou divulgações de demandas judiciais nas datas das demonstrações financeiras.

20. Demanda judicial: A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, entendeu não serem necessárias quaisquer provisões ou divulgações de demandas judiciais nas datas das demonstrações financeiras.

21. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

22. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

23. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

24. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

25. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

26. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

27. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

28. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

29. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

30. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

31. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

32. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

33. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **1.** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **2.** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

34. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

